



Grupo Parlamentar

Intervenção do Deputado Sérgio Ferreira
no período legislativo de Abril de 2005.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Quem leu o manifesto eleitoral do Partido Socialista para as eleições de Outubro passado, certamente acalentou esperanças quanto à possibilidade de nesta legislatura a ilha dar o salto qualitativo que tanto necessita.

Obras emblemáticas, de há muito reclamadas, estavam contempladas e até existiam algumas novidades que se registavam pela positiva.

Do dito documento, saliento investimentos como o Campo de Golf, o Porto de Recreio, a reconstrução da zona histórica de Vila do Porto, a construção do Núcleo Museológico de Vila do Porto, a implementação do URBCOM, enfim, um rol de promessas que pela importância que a sua concretização tem para a ilha faziam e fazem todo o sentido.

Considerando de boa fé que as promessas são para se cumprir, é no mínimo estranho que este plano apenas considere o início do Porto de Recreio e rigorosamente mais nenhuma delas.



Grupo Parlamentar

Mas se tivermos em conta que o Porto de Recreio já constava no Plano a Médio Prazo 2000/2004, nem sequer por aqui podemos constatar alguma novidade.

Compreendemos que estamos a falar de um horizonte de quatro anos e que se tem de fazer uma distribuição equitativa do dinheiro existente pelas nove parcelas do arquipélago, mas convenhamos que para quem tanto anunciou na campanha eleitoral, este início é francamente pobre.

Aliás e no que concerne a Santa Maria a ideia do maior plano de sempre se calhar nem se aplica, por que se retirarmos a rubrica “outros fundos”, facilmente se verifica que este plano, mais euro menos euro, tem os mesmos montantes de investimento dos anteriores e continua a discriminar negativamente as ilhas mais pequenas.

Mais uma vez, infelizmente, se esquece o conceito de desenvolvimento harmónico dos Açores.

Ora, se no Plano não se vislumbra qualquer aposta nas ilhas mais pequenas do arquipélago, resta-nos esperar para ver em que vai dar a concretização do Fundo de Coesão.

Sem estarmos demasiado eufóricos quanto a este novo instrumento de investimento, mas também não querendo ser profetas da desgraça, pensamos que há algumas situações que devem ser tidas em conta aquando da sua implementação.

Seria bom, em primeiro lugar que aquando da regulamentação deste Decreto Legislativo houvesse uma ampla discussão, por forma, a ele servir exactamente para o fim a que se destina.



Grupo Parlamentar

E dizemos isto porque quando se ouvem membros do governo a falar do Fundo numa lógica de que este irá substituir os mecanismos de investimento já existentes, há que ficar apreensivos porque em nossa opinião este instrumento para ser verdadeiramente eficaz tem que ser complementar aquilo que existe neste momento.

Ou seja, o impacto económico do Fundo de Coesão será muito maior se este for visto mais numa lógica de complementaridade do que numa lógica de substituição.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Um Plano que não contempla as promessas eleitorais, que discrimina negativamente as ilhas pequenas e que mantém, no caso de Santa Maria, mais ou menos os mesmos valores de investimento verificados em anos anteriores é um mau plano.

Não se percebe como é que após o anúncio de tantos milhões se consegue apresentar para uma ilha que já padece de tantas dificuldades, intenções de investimento tão modestas.

Custa a entender que após o vosso vastíssimo rol de promessas eleitorais, das profissões de fé que fizeram relativamente ao investimento nas ilhas mais pequenas, tudo o que tenham para apresentar seja isto.

Os Srs. parecem esquecer, ou por ignorância, ou por conveniência, que os esplendorosos números que apresentam



Grupo Parlamentar

relativamente ao turismo, ao emprego e até aos vossos investimentos pouco dizem nas ilhas pequenas.

Porque aqui a realidade é diferente:

A oferta de emprego é diminuta;

A capacidade de investimento é pouca;

A perda de população e de quadros é constante;

O custo de vida é mais elevado;

Enfim, são uma série de factores, explicados pela pouca dimensão e por fenómenos de insularidade, que nunca podem ser comparados àqueles que afectam, por exemplo, ilhas como S. Miguel ou a Terceira.

É esta a realidade dos Açores.

São estas as diferenças que marcam e condicionam a nossa região.

E os Srs. enquanto não perceberem que a insularidade não é só a distância entre Lisboa e Ponta Delgada, mas é também as outras distâncias que são necessárias percorrer entre esta cidade e as restantes ilhas açorianas, nunca, por muito que tentem dizer, conseguirão promover efectivamente o desenvolvimento desta Região que não é constituída por uma realidade, mas sim, por nove realidades completamente diferentes entre si.

Mas ainda estamos no início da legislatura e resta-nos esperar que os próximos anos sejam melhores, que V.Exas consigam



Grupo Parlamentar

concretizar tudo aquilo que prometeram e principalmente que vão desenvolvendo políticas que paulatinamente vão esbatendo as assimetrias que existem entre as diversas parcelas que compõe a nossa região.

Disse.